

Organização
Laís Brito Cangussu
Edmo Cassio Araújo Miranda

Pesquisas Multidisciplinares

em Educação e Sociedade,
Meio Ambiente e Saúde.



Compartilhando conhecimento

Organização
Laís Brito Cangussu
Edmo Cassio Araújo Miranda

Pesquisas Multidisciplinares

em Educação e Sociedade,
Meio Ambiente e Saúde.



Compartilhando conhecimento

Organização:
Lais Brito Cangussu
Edmo Cassio Araújo Miranda

ISBN: 978-65-88890-44-8
DOI: 10.36599/editpa-978-65-88890-44-8

Editor Chefe

Dr. Washington Moreira Cavalcanti

Conselho Editorial

Dr. Lais Brito Cangussu

Dr. Rômulo Maziero

Msc. Jorge dos Santos Mariano

Dr. Jean Canestri

Msc. Daniela Aparecida de Faria

Dr. Paulo Henrique Nogueira da Fonseca

Msc. Edgard Gonçalves da Costa

Msc. Gilmara Elke Dutra Dias

Projeto Gráfico e Diagramação

Departamento de arte Synapse Editora

Editoria de Arte

Maria Aparecida Fernandes

Revisão

Os Autores

2024 by Synapse Editora

Copyright © Synapse Editora

Copyright do Texto © 2024 Os autores

Copyright da Edição © 2024 Synapse Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Synapse Editora pelos autores.

Todo o texto bem como seus elementos, metodologia, dados apurados e a correção são de inteira responsabilidade dos autores. Estes textos não representam de forma alusiva ou efetiva a posição oficial da Synapse Editora.

A Synapse Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Os livros editados pela Synapse Editora, por serem de acesso livre, *Open Access*, é autorizado o download da obra, bem como o seu compartilhamento, respeitando que sejam referenciados os créditos autorais. Não é permitido que a obra seja alterada de nenhuma forma ou usada para fins comerciais.

O Conselho Editorial e pareceristas convidados analisaram previamente todos os manuscritos que foram submetidos à avaliação pelos autores, tendo sido aprovados para a publicação.



Compartilhando conhecimento

2024

L189p Cangussu, Lais Brito

Pesquisas Multidisciplinares em Educação e Sociedade, Meio Ambiente e Saúde - Volume 1

Organizadores: Lais Brito Cangussu, Edmo Cassio Araújo Miranda

Belo Horizonte, MG: Synapse Editora, 2024, 217 p.

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-88890-44-8

DOI: 10.36599/editpa-978-65-88890-44-8

1. Pesquisa, 2. Multidisciplinaridade, 3. Saúde, 4. Meio ambiente, 5. Educação e Sociedade

I. Pesquisas Multidisciplinares em Educação e Sociedade, Meio Ambiente e Saúde - Volume 1

II. Organizadores:

Lais Brito Cangussu, Edmo Cassio Araújo Miranda

CDD: 001.42 - 600 - 607

CDU: 001.8 - 6 - 30

SYNAPSE EDITORA

Belo Horizonte – Minas Gerais

CNPJ: 20.874.438/0001-06

Tel: + 55 31 98264-1586

www.editorasynapse.org

editorasynapse@gmail.com



Compartilhando conhecimento

2024

POLÍTICA E SOCIEDADE: ALGUMAS NOTAS ACERCA DO TEMPO PRESENTE.

Hugo Oliveira

Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP-UE), Portugal.
hmjo@uevora.pt.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6802-1604>

Jorge Bonito

CIEP-UE. Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da
Universidade de Aveiro, Portugal.
jbonito@uevora.pt.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5600-0363>

RESUMO

As relações entre a Política e as Sociedades determinam o modo como estas se organizam. Este trabalho consiste numa reflexão teórica, tendo por base perspectivas analíticas, críticas e interpretativas dos autores, integrada numa investigação mais ampla sobre o papel social do trabalho prático na aprendizagem das ciências. Abordam-se alguns dos principais conceitos estruturantes do presente paradigma político e social, que se refletem sobre a nossa atual realidade educativa. São caracterizadas as

ideias de Esquerda e de Direita política, considerando-se o legado da Modernidade e da Pós-modernidade ao nosso paradigma social. Por último, analisam-se os efeitos de uma passagem de um mundo dominado pela Biopolítica, em direção a uma realidade cada vez mais estruturada em torno da Psicopolítica.

Palavras-chave:

Política; Modernidade; Pós-Modernidade;
Biopolítica; Psicopolítica.

ABSTRACT

The relations between Politics and Societies determine the way in which the latter are organized. This work consists of a theoretical reflection, based on the authors' analytical, critical and interpretative perspectives, as part of a broader investigation into the social role of practical work in science learning. Some of the main structuring concepts of the current political and social paradigm, which are reflected on our current educational reality, are addressed. The political Left and Right ideas are characterized, considering the legacy of Modernity and

Postmodernity to our social paradigm. Finally, the effects of a passage from a world dominated by Biopolitics, towards a reality increasingly structured around Psychopolitics, are analyzed.

Keywords:

Politics; Modernity; Post-Modernity; Biopolitics; Psychopolitics.



INTRODUÇÃO



Ao iniciar-se uma reflexão sobre o tempo presente, recobre-se de enorme relevância o estabelecimento da distinção entre os conceitos políticos de Direita e de Esquerda. Este é um ato fundamental, uma vez que as sociedades globais se organizam através de normas e valores influenciados por cada um destes polos imaginários, que entre eles definem um espectro político, tendendo esta organização para se localizar mais perto de um ou de outro polo desse mesmo espectro. Essa localização irá, pois, refletir-se inevitavelmente nas nossas políticas e, por inerência, também nos nossos contextos educativos.

Sob o ponto de vista político, Esquerda e Direita são conceitos da modernidade, sendo que os discursos da pós-modernidade assentam, precisamente, na recusa destes mesmos conceitos. Desta forma, como podemos distinguir a Direita da Esquerda? O que separa uma da outra? Quais são os elementos caracterizadores da Direita e da Esquerda? Que diferenças estruturais e concetuais existem entre Biopolítica e Psicopolítica? Este é, pois, o conjunto de questões orientadoras que assumirão a função de guiar as seguintes reflexões.

Direita vs. Esquerda – Partindo da Revolução Francesa

Quando pensamos em Direita política, rapidamente a associamos ao capitalismo (ou ao “grande capital”), à social-democracia e ao valor de liberdade com um cariz reacionário. Por outro lado, quando pensamos na Esquerda política, apresentamos tendência para a associar ao socialismo, com um cariz progressista e igualitário. No entanto, a distinção entre a Direita e a Esquerda pode não ser tão linear e fácil de estabelecer, se considerarmos, por exemplo, o caso do ditador italiano Benito Mussolini (1883-1945), líder do Partido Nacional Fascista italiano, e de um governo de ditadura totalitário de Direita desde 1925 até à sua morte nos últimos dias da II Guerra Mundial. Mussolini iniciou a sua grande ascensão política não associado a partidos da Direita reacionária, mas sim, curiosamente, a partir do próprio Partido Socialista Italiano.

Para mais facilmente compreendermos a localização dos partidos políticos dos dois lados do espectro político, convém recuar no tempo até à Revolução Francesa do século XVIII. Ao contrário do que muitas vezes se pensa e veicula, a Revolução não foi despoletada em nome do povo, mas fez-se em



nome da burguesia urbana, com uma vincada consciência de classe, contra o poder da nobreza e do clero. No seu rescaldo, a assembleia francesa ficou organizada do seguinte modo: “à Esquerda pertenciam os liberais, os que lutavam por direitos democráticos e rejeitavam a 'Velha Ordem', e à Direita situavam-se os denominados ultraroyalistes (ultrarrealistas) aqueles que eram apologistas do regime absolutista” (BAPTISTA, 2017, p. 25). Mais uma vez, esta organização não é em todos os casos tão linear pois, por exemplo, no momento em que Mickhail Gorbachov (1931-2022), último líder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (*Союз Советских Социалистических Республик - СССР*) e Secretário-Geral do Partido Comunista, no início da década de 1990, tenta aproximar-se da social-democracia, o papel reacionário ficou precisamente a cargo dos socialistas mais tradicionais de ideais marxistas-leninistas, que ofereciam resistência a uma mudança significativa do *status quo* do sistema político russo. Esta, apresenta-se como uma situação incomum, uma vez que naturalmente entendemos a Esquerda como sendo mais vanguardista, associando mais a Direita política à defesa do *status quo*, sendo esta conceção verificável na maior parte dos casos.

Para além do exemplo anterior, podemos ainda verificar que à Esquerda é normalmente atribuído o lugar do espectro político que defende a ascensão e o acesso ao poder dos economicamente mais desfavorecidos, bem como a proteção dos mais vulneráveis sendo que, no entanto, os democratas-cristãos assumem também à Direita, uma defesa muito forte das políticas sociais. Desta forma, podemos, pois, concluir que os papéis assumidos pela Esquerda e pela Direita se podem intercambiar em diferentes contextos sociais.

Recuperando ainda o tema e as lições históricas deixadas pela Revolução Francesa, temos que esta se fez em nome de três grandes valores: liberdade, igualdade e fraternidade. E torna-se interessante verificar que, de certo modo, a igualdade e a liberdade se contrariam num jogo de equilíbrio, isto é, sempre que queremos implementar mais igualdade na sociedade temos que sacrificar um pouco da nossa liberdade e vice-versa. A liberdade está do lado daqueles que acham que cada um pode fazer da vida aquilo que bem entender, observando-se, como foi anteriormente mencionado, que as políticas poderão ser mais libertárias ou então mais igualitárias.

Relativamente ao terceiro valor, a fraternidade, temos que é o mais partilhado entre a Direita e a Esquerda, favorecendo a empatia e a comunicação, promovendo assim o equilíbrio. Entendido de outra forma, a fraternidade é o “cimento” que permite a convivência entre os outros dois valores considerados. O valor da fraternidade raramente é invocado, mas, no entanto, é ele que possibilita uma melhor capacidade de diálogo entre as partes. A Revolução Francesa ocorreu também em nome do iluminismo e de uma racionalidade europeia continental, da qual o filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) e o alemão Georg Heggel (1770-1831) são defensores. No entanto, ainda hoje se considera que Heggel tanto está na base do pensamento romântico germânico, como do pensamento nacional-socialista, ilustrando-se assim, em certa medida, e mais uma vez, os contornos sinuosos da história.

Sob o ponto de vista social, devemos ainda considerar que a grande marca da Revolução Francesa não foi tanto o igualitarismo, muitas vezes invocado, mas sim o princípio da racionalidade. A Esquerda tem uma abordagem racionalista e considera que a verdade tem o direito a ser empoderada, possibilitando que, nesta linha, a verdade e a ciência se legitimem da força, utilizando-se, portanto, um conhecimento certo do qual não se duvida. No entanto, a Esquerda considera também que a força depende essencialmente da ação dos fortes através da manipulação dos mais fracos. Sobre esta questão, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) escreveram, em 1948, no *Manifest der*



Kommunistischen Partei [Manifesto Comunista] que “A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não acabou com os antagonismos de classe. Não fez mais do que colocar novas classes, novas condições de opressão, novos aspetos da luta, no lugar dos anteriores” (MARX; ENGELS, 1975, p. 60). Já antes, e tentando quebrar o *status quo* nesta relação de poder fortes vs. fracos, o Padre António Vieira (1608-1697), no Sermão de Santo António aos Peixes refere “Chegai-vos embora aos grandes; mas não de tal maneira pegados, que vos mateis por eles, nem morrais com eles” (VIEIRA, 2014, p. 29). De acordo com Renshon (2016, p. 16):

a decline in power relative to an adversary might lead a state to initiate preventive war in order to put down the challenger. It might also lead the declining power to initiate preventive action in order to forestall the rising power from attaining a particular capability.

Quer isto significar que, perante um enfraquecimento do seu poderio, que pode ser mais aparente ou mais efetivo, os poderosos podem também provocar a guerra preventiva controlando os mais fracos, ou menos prevenidos, antes que estes tenham sequer a oportunidade de se organizar e ameaçar a sua hegemonia.

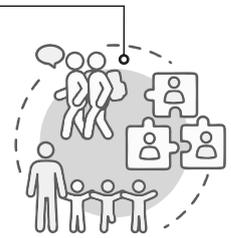
Refletindo ainda sobre o uso da força, no momento em que legitimamos um governo, legitimamos, por consequência, o uso da sua força na organização do nosso quotidiano, e assim o Estado se constitui como um sistema capaz de organizar o mundo em base de ideias e ideologias, tendo sobre nós o poder de vida, de morte e de património, sendo que podemos a qualquer momento ser expropriados em nome do bem comum. É possível também reconhecer que a democracia referendária se encontra ao abrigo das emoções pois, por exemplo, se ocorrer a invasão de um país nosso aliado, sentimos a legitimidade para o defender e, em última análise, invadir e ocupar o primeiro invasor. Se soubermos de ciência certa como as coisas são, como vão ser e como devem ser, assumimos então a autoridade para utilizar a força nesse sentido, particularmente no sentido de como entendemos que as coisas devem ser.

Da Modernidade à Pós-Modernidade

A Revolução Francesa, tal como a criação dos Estados Unidos da América, surge do aparecimento da modernidade que, segundo Almeida (2020, p. 140), se sobrepôs à mundividência medieval através da implantação de três axiomas:

1. O Universo é conhecível e o ser humano é senhor do seu uso.
2. Todos os seres humanos são livres e iguais.
3. O ser humano é perfectível.

A razão assume-se, então, como a linguagem-ponte que permite harmonizar os três axiomas da modernidade entre si. O mesmo autor entende, ainda, que a passagem à pós-modernidade não



representa uma substituição da mundividência moderna e dos seus axiomas, mas antes uma tomada de consciência das limitações resultantes da implementação dos seus postulados. Assim, em relação ao primeiro axioma, que enquadra o ser humano como mestre do meio envolvente, considera:

Os países desenvolvidos não substituíram as suas crenças na ciência e na tecnologia; aperceberam-se, simplesmente, de que os recursos naturais têm limites e o seu uso pode levar ao abuso e redundar em prejuízo dos próprios interesses humanos. As legítimas preocupações com a poluição, a clonagem, a contaminação do ambiente, as experiências com animais nos laboratórios, não constituem obstáculo nem argumento contra a ciência e a tecnologia, levantam apenas sérias questões pontuais sobre abusos. (ALMEIDA, 2020, p. 142).

Na realidade, o que parece acontecer com maior evidência é uma sensação crescente da dificuldade em harmonizar os princípios de justiça e de liberdade. Podemos, pois, considerar o exemplo dos movimentos pós-modernos de afirmação das minorias que reclamam o reconhecimento da sua diferença relativamente ao *mainstream*, para que melhor lhes seja concedido o direito à igualdade, garantido também a sua liberdade, nomeadamente o caso da cultura e movimento Woke. Relativamente à educação, a pós-modernidade não põe em causa a sua missão, mas defende sim, uma educação diferente da institucional acreditando no progresso e na perfeitibilidade dos seres humanos (ALMEIDA, 2020).

Chega então o momento de ser colocada a questão: O que é então próprio do racionalismo? Temos que o racionalismo possui três atributos fundamentais: deve ser necessário, universal e transcendental. Considerando o primeiro atributo mencionado, a necessidade, temos que as coisas só podem ser necessárias ou possíveis. Uma coisa é necessária porque é como é, caso contrário torna-se numa coisa possível, que pode ser diferente. Por exemplo, ao se afirmar que Deus é necessário, não se pode sequer conceber que Deus não é. Nesta linha de raciocínio, a razão só pode ser de uma maneira necessária, caso contrário cada um de nós terá a sua razão.

Assim sendo, como a razão é então necessária, todos temos a mesma quantidade de razão e todos podemos entender a mesma coisa. Este facto permite, por exemplo, compreender que em países comunistas não existissem no passado prisioneiros políticos, mas sim pessoas internadas em hospitais psiquiátricos, isto porque a sua descrença no regime era associada a uma perda de razão, considerando-se que apenas uma doença psiquiátrica com a possibilidade de afrontar a razão, poderia impedir de se guiar a vida de acordo com a ideologia vigente. Também aqui podemos encontrar diferenças entre a Esquerda e a Direita, sendo que o governo de Josef Estaline (1878-1953), o ditador soviético de Esquerda, atribuía ordem de prisão para os opositores ao regime como intuito de os “tratar”, ao passo que Oliveira Salazar (1889-1970), o ditador português de Direita prendia os opositores ao regime, porque objetivamente representavam um perigo para o Estado.

Quando analisamos a nossa realidade política devemos sempre tentar compreender o que se encontra por detrás das cortinas: mais racionalismo ou mais liberdade?



Por norma, a Esquerda é otimista em relação à humanidade, na linha do pensamento de Rosseau (1973, p. 16), defendendo que o ser humano é passível de ser corrompido apenas pela sociedade.

Porque os homens quando viviam na sua primitiva independência nunca tiveram um contacto que justificasse ou o estado de paz ou o estado de guerra. Não está na sua natureza serem inimigos. São as circunstâncias e não os homens que determinam as guerras.

Analisando um exemplo prático, a Grande Revolução Cultural Proletária Chinesa, orientada por Mao Tse Tung (1893-1976) em torno dos princípios marxistas-leninistas, promoveu uma nova estruturação do sistema educativo:

Esses princípios foram aplicados buscando a universalização do estudo e a politização; a construção de uma escola flexível com a redução dos anos de estudos e simplificação dos cursos; a eliminação de notas e exames; a erradicação de todo o sistema repressivo; a redução de especialidades e; a educação para o trabalho e para a produção. (SOUZA, 2018, p. 257).

Por seu turno, a Direita é pessimista em relação à natureza humana, assumindo que as pessoas são competitivas por natureza, sendo capazes dos maiores e mais complexos subterfúgios para ganharem vantagem em relação aos demais. O otimismo e o pessimismo em relação à natureza humana, são precisamente dois dos fatores principais que separam a Direita da Esquerda.

Quando olhamos para o nosso sistema educativo, e particularmente para a Escola Pública, vemos que esta se encontra mais focada na promoção da igualdade, sendo que a Escola Privada se foca na ideia de aumento de rendimento, particularmente dos alunos que têm potencial de ir mais longe, apresentando uma cultura mais competitiva e, simultaneamente, mais conservadora. Scruton (2015, p. 46) apresenta-nos a seguinte conceção sobre o conservadorismo:

Conservadorismo é a filosofia do vínculo afetivo. Estamos sentimentalmente ligados às coisas que amamos e que desejamos proteger contra a decadência. Sabemos, contudo, que tais coisas não podem durar para sempre. Enquanto isso, devemos estudar os modos pelos quais podemos conservá-las durante todas as mudanças pelas quais devem inevitavelmente passar, de modo que as nossas vidas continuem sendo vividas num espírito de boa vontade e de gratidão.

Apesar de Scruton se considerar um profundo conservador de uma Inglaterra antiga, veio a desenvolver a sua ação na Esquerda do panorama político inglês, caracterizado, precisamente, por uma natureza mais progressista.



No seu romance *Il gattopardo*, o escritor italiano Tomasi di Lampedusa (1896-1957) escreveu que “É preciso que tudo mude, se quisermos que tudo fique como está” (LAMPEDUSA, 2014, p. 58). Em política a lógica também parece ser esta. Os reformadores querem sempre reformar para salvar, e os disruptivos querem destruir para começar de novo. Em regra, a Direita é securitária, pronta para abandonar os índices de liberdade individual, sendo que a Esquerda é a favor da liberdade individual, sendo esta dimensão, curiosamente, também típica do liberalismo. No sentido de estabelecermos ainda outra diferença entre Esquerda e Direita, devemos considerar o pensamento naturalista vs. pensamento culturalista, ou em termos anglo-saxónicos, *nature vs. nurture*, associando-se o primeiro termo a produto da natureza e o segundo da “alimentação” que simboliza a aprendizagem.

Convencionalmente associamos a Esquerda a um pensamento mais culturalista e a Direita a um pensamento mais naturalista. Na sociedade capitalista dos Estados Unidos da América continuam a ser aplicados testes de quociente de inteligência (Q.I.) em várias entrevistas de emprego que, desde há muito, se sabem ser culturalmente enviesados. Esta lógica não-inclusiva deve ser tida em conta quando se pensa sobre Educação, pois a sua prática pode levar a catalogação dos indivíduos conforme o seu conhecimento sobre um contexto próprio, considerando-os “mais inteligentes” em detrimento de outros indivíduos oriundos de diferentes contextos, sendo entregue a estes o rótulo de “menos inteligentes”. Refletindo-se ainda sobre o fenómeno educativo, sob uma perspetiva naturalista, e contrariando a ideia do bom selvagem de Rousseau, temos que as crianças apresentam também grandes potencialidades de agressividade, e enquanto educadores, podemos e devemos ajudar a canalizar, gerir, minimizar, essas potencialidades, com a preocupação de nunca tirar daquilo que é, aquilo que a pessoa deve ser.

Em termos históricos, no ocidente, do século XVII para o século XVIII, a dignidade humana deixou de ser entendida como imanente do facto de sermos todos filhos do mesmo pai celeste, passando a ser essencialmente assente na fraternidade, sendo agora determinado pelo iluminismo que o que se torna essencial é, particularmente, a racionalidade humana. Sob esta perspetiva, a racionalidade é então o que nos torna dignos, independentemente da nossa condição física, pois mesmo as pessoas com alguma deficiência a nível cognitivo, não são dotadas de menos racionalidade, o mesmo é dizer que a racionalidade não é afetada por problemas de articulação entre a mente e o corpo. Do mesmo modo, a nossa condição económica, ser-se rico ou ser-se pobre, não determina se o indivíduo tem mais ou menos racionalidade. Desta forma, o foco dantes apontado quer à fraternidade, quer à igualdade, vira-se agora mais diretamente para a racionalidade.

Lançando agora um olhar sobre o século passado, é possível constatar que foi um período exageradamente violento, conduzindo a três revisões da primeira versão da Convenção de Genebra de 1864, sendo a última escrita em 1949 no pós-II Guerra Mundial, referindo-se à proteção dos civis em período de guerra. Nesta última versão, o art. 16.º postula:

Os feridos e os doentes, bem como os enfermos e as mulheres grávidas, serão objeto de especial proteção e respeito. Até onde as exigências militares o permitirem, cada Parte no conflito facilitará as medidas tomadas para procurar os mortos ou feridos, auxiliar os náufragos e outras pessoas expostas a um perigo grave e a protegê-las contra a pilhagem e maus-tratos.



A I Guerra Mundial foi a última guerra de soldados em que os civis não se constituíram como alvo direto. Por oposição, na II Guerra Mundial morreram mais civis do que militares. Os traumatismos deixados pelo século XX levaram-nos a pensar que talvez a racionalidade não existisse, reforçando esta ideia, Hobsbawm (2014, p. 23) refere que:

Durante o século XX as guerras têm sido, cada vez mais, travadas contra a economia e a infraestrutura de Estados e contra suas populações civis. Desde a Primeira Guerra Mundial, o número de baixas civis na guerra tem sido muito maior que as militares em todos os países beligerantes, com exceção dos EUA.

De acordo com a perspectiva de Heggel e de Kant, a história tem tendência para progredir para melhor, sendo as conquistas no campo dos direitos das mulheres, a abolição da escravatura, e o progresso científico e tecnológico, provas dessa mesma evolução. No entanto, e ao contrário do que acreditava Heggel, a história e o progresso não são irreversíveis, pelo que importa estar sempre alerta para possíveis regressões com potenciais efeitos sociais nefastos.

Refletindo ainda sobre a ideia de progresso, a famosa expressão “Ordem e Progresso”, inscrita na bandeira da República Federativa do Brasil, apresenta duas grandes máximas do pensamento moderno e positivista, que devem ser asseguradas a todo o custo, através do conhecimento. Auguste Comte (1798-1857) ensina que “numa palavra, olhando todas as teorias científicas como outros tantos grandes factos lógicos, é unicamente pela observação aprofundada destes factos que nos podemos elevar ao conhecimento das leis lógicas” (COMTE, 1939, p. 47), e que o conhecimento destas leis lógicas é determinante para o ser humano ser capaz de fazer previsões cientificamente fundamentadas para o seu futuro. Nas palavras de Comte, saber para prever, a fim de prover. O grande sonho do conhecimento humano é, precisamente, o de ser capaz de prever o futuro, e este desejo é o que faz a ciência correr, sendo o desejo do progresso o grande sonho emancipatório social, e o sonho de nos transformarmos a nós próprios, o grande desafio que cada um impõe a si mesmo.

Uma das mais interessantes reflexões pedagógicas que podemos fazer sobre o tempo presente, relaciona-se com a liberdade de expressão. A este respeito, a escritora inglesa Evelyn Beatrice Hall (1868-1956), que escrevia sob o pseudónimo S. G. Tallentyre, no seu livro *The Friends of Voltaire*, escreve uma frase cuja autoria é muitas vezes atribuída ao próprio Voltaire: “*I disapprove of what you say, but I will defend to the death your right to say it*” (Tallentyre, 1907, p. 116). Com isto, a autora mostrava-nos que nas nossas sociedades ninguém deve sentir medo por dizer o que pensa. Aliás, sob uma certa influência anglo-saxónica, podemos mesmo considerar que temos o direito de pensar e dizer diferente, sem, no entanto, prejudicar ninguém através de ações concretas. Por outras palavras, pode-se dizer o que se quer, não se pode é fazer o que se quer. A cultura Woke, por exemplo, assume-se como um movimento associado à consciência das questões relativas à justiça social e racial, no entanto, tem recentemente recebido algumas críticas que apontam para alguma inflexibilidade e sentimento de superioridade, por muitas vezes se considerar como o único movimento acordado para as questões da justiça social, podendo eliminar a possibilidade de discussão de propostas, potenciando desta forma, e paradoxalmente, algumas restrições à liberdade de expressão.



Da Biopolítica à Psicopolítica

Nesta reflexão pedagógica do tempo presente, serão também abordados os conceitos de biopolítica e de psicopolítica. Assim sendo, a biopolítica emerge como forma de gerir o poder, utilizando e controlando os seres humanos, partindo do controlo da saúde dos seus próprios corpos, podendo mesmo ser apontados como exemplos, a própria saúde reprodutiva e mental. Michel Foucault (1926-1984) oferece-nos a sua conceção do termo biopolítica:

Eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenómenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças.... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e económicos que eles vêm constituindo até hoje. (FOUCAULT, 2008, p. 431).

No entanto, de acordo com Byung-chul Han, na atualidade uma nova configuração de poder se afigura, decorrente da emergência da sociedade digital, que tornou a biopolítica menos relevante, considerando-se agora a emergência da psicopolítica:

Hoje uma nova mudança de paradigma se realiza. O panóptico digital não é uma sociedade disciplinar biopolítica, mas sim uma sociedade da transparência psicopolítica. E, no lugar do biopoder, entra o psicopoder. A psicopolítica está em posição para, com ajuda da vigilância digital, ler e controlar pensamentos. A vigilância digital toma o lugar da ótica inconfiável, ineficiente e perspectivista do Big Brother. Ela é eficiente porque ela é aperspectivista. A biopolítica não permite nenhum acesso subtil à psyche de pessoas. O psicopoder, em contrapartida, está em condições de intervir nos processos psicológicos. (HAN, 2013, p. 69).

O controlo na biopolítica é operado a partir de fora do indivíduo, enquanto na psicopolítica o controlo é manifestado a partir do interior do indivíduo. Numa interpretação um pouco provocatória sobre o poder exercido pela psicopolítica, Byung-Chul Han entende que neste sistema não são necessários capatazes para controlarem a produtividade, porque nós somos os nossos próprios capatazes, vivendo numa lógica de autoexploração. Nesta linha de raciocínio é interessante relembrar que uma grande parte dos soldados mobilizados para combater, por exemplo, na I Guerra Mundial ou no Vietnam, numa fase inicial apresentavam um grande estado de euforia, sentindo-se altamente galvanizados, essencialmente pelos discursos políticos do momento, independentemente do lado da barricada. Na atualidade, e em certo sentido, podemos encarar os computadores e principalmente os *smartphones*, como os nossos principais agentes de mobilização. Sobre esta nossa relação com a tecnologia, Ferraris (2016, p.29) refere:



Lo sdegno, e l'appello all'alienazione, è un modo per girare gli occhi da un'altra parte, distogliendoli dall'evidenza, ossia dal fatto che, ben lungi dall'essere alienazione, la tecnica è rivelazione di quello che siamo, al di là dei sogni e delle mistificazioni.

Na realidade, o nosso controle pelo *smartphone* parece ser hoje, provavelmente muito maior e muito mais subtil do que George Orwell (1903-1950), autor de *1984*, e Aldous Huxley (1894-1963), autor de *Brave New World*, alguma vez possam ter sonhado. Os nossos *gadgets* tecnológicos utilizam o *Big Data* como forma de conhecer a nossa própria localização, prever os padrões dos nossos interesses e preferências, com vantagens económicas para os detentores dessa informação. Sobre este assunto, Huxley (2006) escreveu “As flores campestres e as paisagens – observou - têm um grave defeito: são gratuitas. O amor à Natureza não fornece trabalho a nenhuma fábrica. Foi, pois, decidido abolir o amor à Natureza (...)” (p. 40) ilustrando que o conhecimento dos nossos hábitos, tendências e preferências, permite o desenvolvimento de formas de controlo e de condicionamento dos nossos comportamentos.

A velocidade com que se armazenam dados através, por exemplo, das redes sociais, é potenciada pelos milhões de utilizadores que abdicam quase completamente da sua privacidade, usando estas plataformas muitas vezes como forma de resposta a uma certa necessidade de mostrar que a sua vida se desenvolve num quase perpétuo estado de felicidade, necessidade essa, por sua vez desencadeada pelas próprias redes sociais. Escrevendo sobre formas de vigilância e controle semelhantes, promovidas por um *Big Brother* numa futura realidade imaginária, Orwell (2007) descreve a privacidade que nesse contexto restaria aos cidadãos: “Na vigília ou no sono, a trabalhar ou a comer, em casa ou na rua, no banho ou na cama – não havia fuga possível. Nada nos pertencia, exceto os poucos centímetros cúbicos no interior do nosso crânio” (p. 30).

Ao contrário do poder exercido pela biopolítica, o esquema do poder psicopolítico não se reduz às dinâmicas de mercado, às formas de produção ou às lógicas governamentais, mas encontra os seus eixos nas tecnologias digitais e de comunicação. As sociedades digitais acabam por configurar sistemas onde os indivíduos se entregam efusiva e voluntariamente às dinâmicas de domínio, sendo que as ferramentas do ciberespaço permitem prognosticar o comportamento das pessoas numa rede de controlo e vigilância mais subtil e mais efetiva que as da biopolítica. Mallamaci (2017, p. 81) aponta:

(...) hoy ya no hay tiempo, ni espacio sin cámaras y sin imágenes. Ya sea con la webcam, con el Smartphone o con los aparatos de seguridad, siempre hay cámaras construyendo una dimensión pública continua. La red mediática de comunicación digital es un entramado de interacción y retroalimentación donde los individuos comparten su privacidad, sus deseos, sus gustos, sus proyectos y su intimidad en una dimensión compuesta de imágenes.

Desta forma, a consumação deste modelo acaba por se completar com a Internet das coisas, configurando um panóptico digital de uma sociedade hipercontrolada. Assim, na compra de um novo



dispositivo eletrônico é exigido ao usuário a criação de um perfil e uma chave para que automaticamente o aparelho se sincronize com todo o percurso que a pessoa fez no ciberespaço e se alinhem todos os dados registados. Nesta realidade,

las personas no solo son recursos (capital) humanos, son paquetes de datos explotables económicamente, aquí se fusionan el Estado vigilante y el mercado. Entonces el panóptico digital encuentra en el dataísmo su herramienta más eficiente: desde la amabilidad y lo lúdico se va construyendo una sociedad digital donde el sistema autorregulado incluye y excluye posibles consumidores. (MALLAMACI, 2017, p. 85).

O ciberespaço pode, assim, autorregular os pacotes de informação e a sua circulação, na base da exposição voluntária que os indivíduos fazem das suas vidas, enchendo a rede de bens imateriais e formas de consumo afetivo, contribuindo para o surgimento de uma sociedade não de amos e de escravos, como no passado, mas sim de escravos autoexplorados. Desta maneira, a psicopolítica gera novas forma de exploração debaixo da máscara da motivação e da construção de um horizonte, onde cada indivíduo pode cumprir os seus sonhos e concretizar os seus empreendimentos. Também de acordo com Mallamaci (2017), por exemplo, no modelo Google não se trabalha, joga-se, fazendo com que os sujeitos se auto-explorem procurando ser continuamente mais eficientes, numa busca de uma motivação também constante, entendendo que eles mesmos são o seu próprio capital, num mundo onde o trabalho é jogo e o jogo é trabalho, onde a intimidade é pública e o *click* que abre o ciberespaço está disponível vinte e quatro horas por dia.

Neste contexto, uma outra diferença entre a Direita e Esquerda é que para a Direita existe claramente uma natureza humana, sendo que para a Esquerda isso não é um dado adquirido. No entanto, e como é referido por Francis Fukuyama (2002) estaremos próximos de um dia irmos para além da nossa natureza humana, entrando numa época pós-humana em que as nossas relações sociais sofrerão uma reconfiguração. Também sobre esta questão, no seu livro *The Lonely Century*, Noreena Hertz identifica uma certa tendência para o aumento da sensação de solidão, manifestada por cada vez mais pessoas no Reino Unido, nos mais variados contextos, nomeadamente o laboral, situação de resto agravada pela pandemia da Covid-19:

Inevitably months of lockdowns, self-isolation and social distancing have made this problem even worse. Young and old, male and female, single and married, rich and poor. All over the world people are feeling lonely, disconnected and alienated. We are in the midst of a global loneliness crisis. None of us, anywhere, are immune. (HERTZ, 2020, p. 13).

Provavelmente em consequência desta diagnosticada crise de solidão, nas sociedades ocidentais podemos atualmente assistir a fenómenos como o da ascensão da *bot culture*, particularmente em



voga na Coreia do Sul e nos Estados Unidos da América, onde várias pessoas têm substituído a companhia de outro indivíduo humano, por robots. Existem pessoas que manifestam a opinião de que uma mão mecânica pode ter sobre nós, por exemplo, um efeito tranquilizador similar ao da mão humana. Algumas questões passam, então, a emergir: será cada vez mais conveniente para nós trocar um braço mecânico (que pode ser desligado assim que seja pretendido), por um braço humano que se encontra ligado a um corpo de uma pessoa com a qual teremos de socializar? Será que um indivíduo humano que vive com um robot, é igualmente humano?

Também relativamente ao desenvolvimento da biotecnologia, Fukuyama (2002) apresentava já algumas preocupações, nomeadamente no campo do florescimento da Engenharia Genética, que virá eventualmente a permitir a inclusão de traços genéticos bem identificados nos novos seres humanos, bem como características provenientes de outras espécies, levantando-se assim a questão: a quem cabe decidir o controlo da biotecnologia, e com que autoridade? Nas suas palavras, o autor ilustra-nos esta inquietação:

Como todos bem sabemos, os políticos são dados ao exibicionismo, à pose, ao exagero, aos argumentos metafóricos, aos murros na mesa e ao nepotismo. Falam e agem com a mais profunda ignorância e são frequentemente influenciados por grupos de pressão e por interesses instalados. Então, porque deverão ser eles, e não a comunidade desinteressada dos homens de ciência, a ter a última palavra em assuntos tão complicados e técnicos como a biotecnologia? (FUKUYAMA, 2002, p. 278).

Continuando o desenvolvimento deste raciocínio, o autor conclui, no entanto, que apesar dos cientistas serem mais credores de confiança do que os políticos, não podem ser eles a definir os próprios objetivos da ciência, isto porque, a ciência pode criar vacinas, mas também agentes infecciosos, pode descobrir a física dos semicondutores, mas também a física da bomba de hidrogénio, sendo-lhe indiferente que o seu progresso seja ou não seja pautado por regras escrupulosas de defesa dos seres humanos sujeitos a experiências.

No debate sobre o processo educativo do futuro, como é referido por Patrício e Sebastião (2004), “achamos que o educador deve procurar tornar-se um sage: alguém que coloca toda a sua competência científica, pedagógica e profissional ao serviço do processo de formação humana e pessoal do educando que lhe é entregue” (p. 67).



Conclusões possíveis

Em guisa de conclusão, parece ser mais útil pensar a realidade política em termos de dualidade entre movimento progressista vs. movimento reacionário do que em termos da dualidade clássica Direita vs. Esquerda, isto porque tanto a Direita como a Esquerda podem em determinados contextos assumir a defesa do *status quo* social, adquirindo uma natureza reacionária, como em determinados contextos poderão assumir uma rutura com o *status quo*, adquirindo assim uma natureza mais progressista.

Também ao longo desta reflexão, foi possível constatar que a nossa sociedade foi influenciada por pensamentos modernistas associados às máximas de racionalidade, ordem, progresso, liberdade de expressão, até à chegada da pós-modernidade em que a mesma liberdade de expressão, e graças ao advento dos meios de comunicação digital, se torna um veículo importante das chamadas *fake-news*, que por sua vez nos vieram a conduzir a uma era de pós-verdade.

A passagem de um mundo organizado através da Biopolítica, para um mundo estruturalmente assente numa lógica de Psicopolítica, torna a nossa alteridade e a nossa liberdade individual cada vez mais ameaçadas, devido ao aumento da previsibilidade e, por consequência, do condicionamento dos nossos próprios comportamentos. Esta situação torna-se possível graças ao *Big Data*, cuja contínua alimentação de dados individuais depende, paradoxalmente, da nossa própria autoexposição nos canais digitais.

Por último, nesta reflexão sobre o presente, mas com os olhos postos no futuro, consideramos, como demonstrou Fukuyama (2002), que os agentes educativos deverão acompanhar os vários campos do conhecimento em acelerada evolução: as neurociências, o prolongamento da vida, a engenharia genética, os direitos humanos, a natureza humana e a dignidade humana que se virão a reconfigurar numa nova realidade, que será, eventualmente, o nosso futuro pós-humano.

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com a referência UIDB/04312/2020 e do projeto com o DOI: <https://doi.org/10.54499/UI/BD/151078/2021>.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Onésino Teotónio. Haverá uma ética para a idade global? Possibilidades, dúvidas e alguns condicionamentos. In: FRANCO, J. E.; CAETANO, J. R. (eds.). Globalização como problema: temas de estudos globais (pp. 139-148). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. p. 139-148. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/10334>. Acesso em: 09 jan. 2023.

BAPTISTA, João Pedro Fernandes Alves Roma. Ideologia política esquerda e direita: presença no programa eleitoral, no discurso político e conhecimento por parte do eleitorado. Orientadora: Marlene da Conceição Vasques Loureiro. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/8123>. Acesso em: 09 jan. 2023.

COMTE, Augusto. Importância da filosofia positiva. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

FERRARIS, Maurizio. L'imbecilità è una cosa seria. Bologna: Il Mulino, 2016.

FOCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica – Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUKUYAMA, Francis. O nosso futuro pós-humano. Lisboa: Quetzal Editores, 2002.

HAN, Byung-Chul. No enxame. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

HERTZ, Noreena. The Lonely Century. Sceptre, 2020.

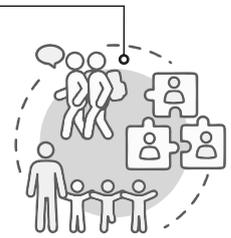
HOBBSAWM, Eric. A Era dos extremos – O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HUXLEY, Aldous. Admirável mundo novo. Lisboa, Livros do Brasil, 2006.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. O Leopardo. Lisboa: Dom Quixote, 2014.

MALLAMACI, Marco. El poder psicopolítico en las sociedades postdisciplinarias del homo digitalis. Apuntes sobre el pensamiento de Byung-Chul Han. *Relaso - Revista Latina de Sociología*, v. 7, n. 1, p. 74-94, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17979/relaso.2017.7.1.2135>. Acesso em: 09 jan. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Lisboa: Edições Avante!, 1975.



ONU. Convenção IV, Convenção de Genebra relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra, 1949. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convIVgenebra.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2022.

ORWELL, George. 1984. Lisboa: Antígona, 2007.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira; SEBASTIÃO, Luís Miguel dos Santos. Conhecimento do mundo social e da vida: passos para uma pedagogia da sagesa. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Contrato social. Lisboa: Editorial Presença, 1973

SCRUTON, Roger. Como ser um conservador. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOUZA, Marilsa Miranda. A educação socialista na China durante a grande revolução cultural e proletária (1966-1976). *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 10, n. 3, p. 245-268, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/27827/18944>. Acesso: 09 jan. 2020.

TALLENTYRE, S. G. The Friends of Voltaire. Richard West, 1906.

VIEIRA, António. Sermão de Santo António aos peixes. Amargo, 2014.